



O SONHO DE SER DONA DE CASA:

A RELAÇÃO ENTRE CONDIÇÃO DE GÊNERO E DIFICULDADE DE ACESSO À MORADIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Árizla Emanuela Pereira Quirino¹

RESUMO

Este texto resulta de uma pesquisa que objetiva documentar a trajetória de mulheres na luta por moradia, por meio do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), de modo a recuperar e localizar os momentos da vida social, política e econômica que foram definidores de sua condição sem-teto. Por meio da apresentação de dados estatísticos e de um estudo de caso, debatemos a correlação entre urbanização crítica e violação da integridade física de mulheres pobres e periféricas. O estudo busca compreender a relação entre mulheres e déficit habitacional na região metropolitana da cidade, além de identificar, reconhecer e observar as repercussões da dificuldade de acesso à moradia no aprofundamento da desigualdade gênero.

Palavras-chaves: Gênero, Déficit habitacional, Lutas urbanas.

RESUMEN

Este texto es el resultado de una investigación que busca documentar la trayectoria de la lucha de las mujeres por la vivienda, a través del Movimiento de Trabajadores sin Hogar (MTST), con el fin de recuperar y ubicar los momentos de sus vidas sociales, políticas y económicas que definieron su situación. Mediante la presentación de datos estadísticos y un estudio de caso, analizamos la correlación entre la urbanización crítica y la vulneración de la integridad física de las mujeres pobres y periféricas. El estudio busca comprender la relación entre las mujeres y el déficit de vivienda en la región metropolitana de la ciudad, así como identificar, reconocer y observar las repercusiones del difícil acceso a la vivienda en la profundización de la desigualdad de género.

Palabras clave: Género, Déficit de vivienda, Luchas urbanas

¹ Mestranda do curso de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH – USP; arizla.quirino@usp.br

INTRODUÇÃO

Não se confundam, o nosso feminismo aqui é outro; é um feminismo popular de mulheres periféricas. A gente luta por uma vida mais estável, menos incerta do dia de amanhã. Muitas de vocês, mulheres da classe média, chegam aqui já esclarecidas de muitas coisas que a maioria de nós nem sequer sonha, por isso, pra falar com nossas companheiras, a gente tem que se dobrar, entender a condição de vida de uma mulher periférica, o apego à religião, que às vezes é a única coisa que a faz ter esperança na vida. Muitas de nós [mulheres da periferia] continuam conservadoras sim, mas são conservadoras porque têm medo do mundo, porque o mundo até agora só nos maltratou. Tem que entender bem a situação pra poder saber como falar, saber como nos defender, e, principalmente saber o que precisamos. A gente não precisa de mais trabalho, a gente precisa de casa. A casa é a nossa liberdade. Eu hoje sou feminista, eu luto pela liberdade das mulheres pobres, pretas e periféricas. E, oh, *o meu sonho é ser dona de casa*.

Claudinha, coordenadora da Ocupação Carolina Maria de Jesus do MTST. São Paulo, 2023.

“O meu sonho é ser dona de casa” foi uma brincadeira, em tom de ironia, que a coordenadora Claudinha, do MTST, utilizou para explicitar as diferenças políticas entre mulheres de territorialidades e condições de classe distintas. Sua afirmação, no entanto, inspirou os caminhos de investigação deste estudo, que além de tematizar as relações entre moradia e gênero, busca compreender, por meio do ponto de vista das mulheres sem-teto, as suas perspectivas de emancipação política no interior da sociedade de classes. Além disso, procura-se refletir também sobre a particularidade da mulher periférica, síntese de um encontro perverso entre desigualdade de gênero e desigualdade urbana.

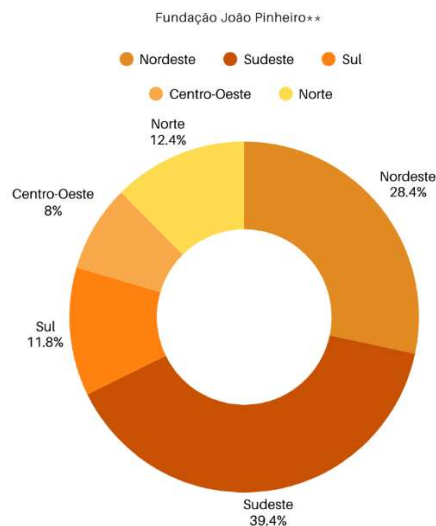
O presente texto, portanto, é parte de um estudo de caso realizado em colaboração com mulheres militantes do movimento sem-teto em São Paulo. A partir de experiências de campo em ocupações por moradia, entrevistas e de conversas realizadas junto as interlocutoras, a pesquisa tem como objetivo recolher dados empíricos e acumular reflexões que possam apoiar dados estatísticos e ajudar a elucidar com maior profundidade as repercussões da questão habitacional na manutenção das desigualdades de gênero, assim como os fatores que contribuem para a feminização do déficit. Além da pesquisa qualitativa e empírica, o estudo apoia-se em relatórios estatísticos realizados anualmente pela Fundação João Pinheiro sobre o comportamento do déficit habitacional no país².

² Desde 1995, a Fundação João Pinheiro (FJP), em parceria com o Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), desenvolve pesquisas sobre o déficit habitacional a fim de dimensionar quantitativamente o problema habitacional bem como qualificar o conceito de moradia precária. Os relatórios são desenvolvidos bianualmente utilizando bases de dados dos censos demográficos e das pesquisas nacionais por amostra de domicílios realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O relatório de 2024, portanto,

O último relatório publicado pela instituição concluiu que, no Brasil, há 6.215.313 de domicílios impróprios para moradia servindo de habitação para famílias, coletivos ou improvisação de pensões (FJP, 2024). As regiões Sudeste (2,44 milhões) e Nordeste (1,76 milhão) localizam a maior parte destas unidades. Em seguida Norte, Sul e Centro-Oeste.

Imagem 1 – Gráfico do déficit habitacional por região

DÉFICIT HABITACIONAL POR REGIÃO (%)



*Total de 6.215.313 domicílios.

**Fonte: Fundação João Pinheiro (2024); IBGE (PnadC 2022); CadÚnico.

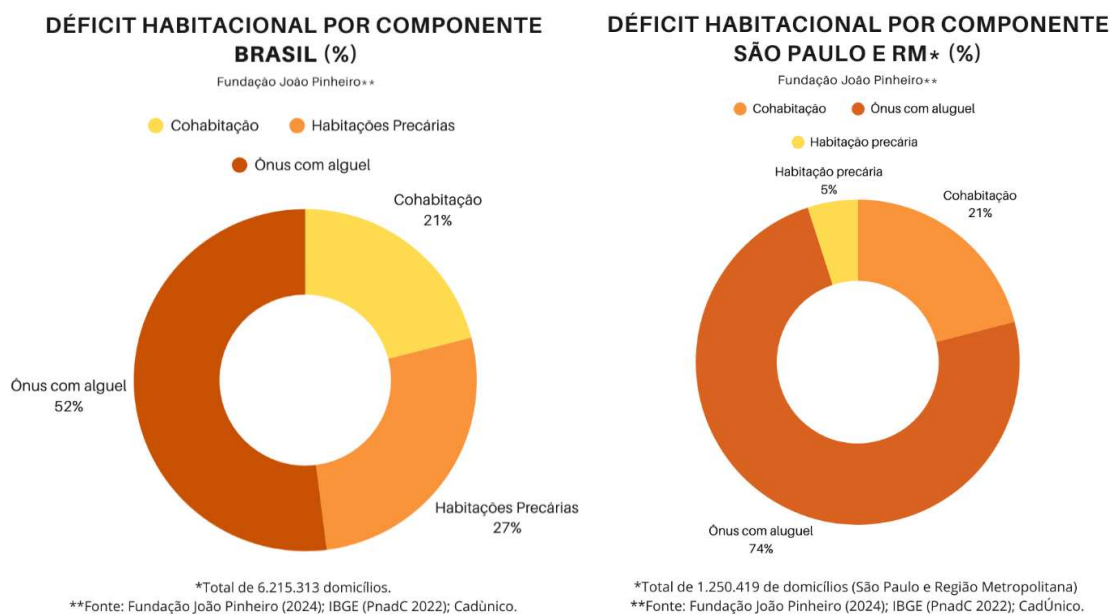
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2024)

Segundo o estudo, o déficit habitacional é aferido a partir do número de domicílios precários que servem de moradia a grupos familiares ou pessoas que não conseguem se inserir no mercado formal de habitação. O déficit é identificado por meio: 1) da qualidade dos imóveis (habitação precária, insalubre), 2) pela forma de habitação das famílias (coabitação involuntária), ou, 3) pelo comprometimento da renda com aluguel (ônus excessivo). A deficiência dos domicílios é caracterizada segundo suas condições físicas, ambientais, jurídico-legais que definem a insalubridade ou probabilidade de despejo. Já as formas precárias de habitação, como a coabitação, são aquelas em que mais de uma família ou grupo de pessoas divide um espaço desproporcional ao número de habitantes, resultando em falta de privacidade e problemas de convivência. Por fim, considera-se também a situação de pessoas ou famílias que comprometem mais de 40% da renda com gastos de aluguel.



Em termos absolutos, a principal causa do problema habitacional no Brasil é o ônus excessivo com o aluguel urbano (3,24 milhões de casos), seguida pelas habitações precárias (1,68 milhão de casos) e coabitação (1,28 milhão de casos) (FJP, 2024). O número de casos, assim como as principais causas, se distribui de forma diversa pelas regiões administrativas: no Norte e Nordeste predominam problemas de coabitação e habitações precárias, enquanto no Sudeste, Sul e Centro-Oeste do país predomina o ônus excessivo com aluguel.

Imagens 2 e 3 – Distribuição do déficit habitacional por componente
(Brasil e Região Metropolitana de São Paulo)



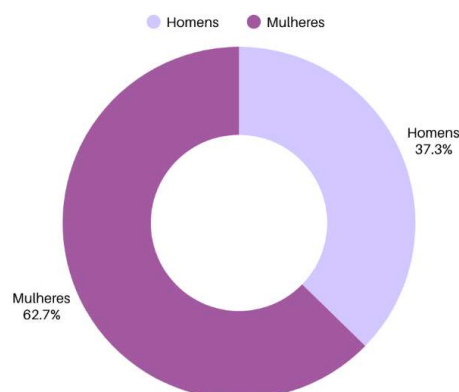
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2024)

A pesquisa revelou também, que do total de domicílios precários, 62,6% são chefiados por mulheres (3.892.995), e as pessoas negras (pretos e pardos), exceto na região Sul do país, são maioria em praticamente todos os componentes do déficit, tornando o problema habitacional uma repercussão concreta das desigualdades de gênero e raça acumuladas no desenvolvimento histórico das relações capitalistas no país.



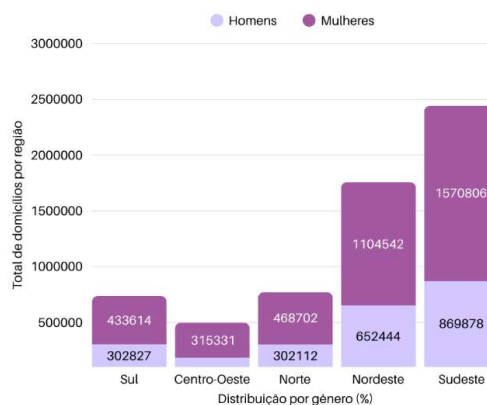
Imagens 4 e 5 – Distribuição do déficit habitacional por gênero (Brasil e regiões administrativas)

**DISTRIBUIÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL
POR GÊNERO -
BRASIL (%)**



*Total de 6.215.313 de domicílios precários no Brasil.
**Fonte: Fundação João Pinheiro (2024); IBGE (PnadC 2022); CadÚnico.

**DISTRIBUIÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL
POR GÊNERO NAS REGIÕES (2022)**

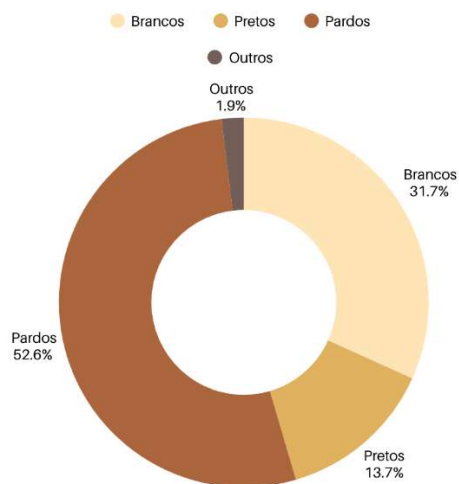


*Fonte: Fundação João Pinheiro (2024); IBGE (PnadC 2022); CadÚnico.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2024)

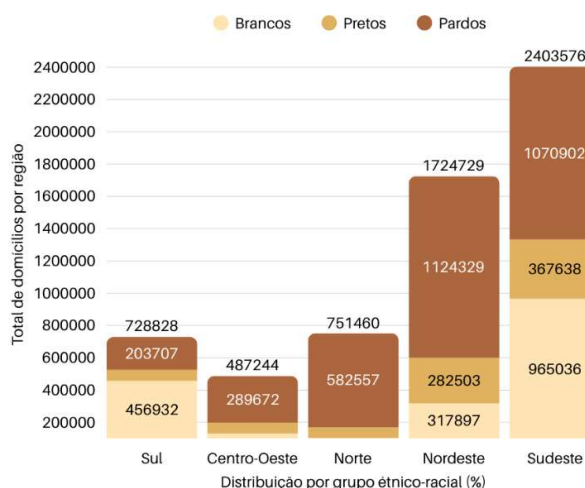
Imagem 5 – Distribuição do déficit habitacional por grupo étnico-racial (Brasil e regiões administrativas)

**DISTRIBUIÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL
POR GRUPO ÉTNICO-RACIAL -
BRASIL (%)**



*Total de 6.215.313 de domicílios precários no Brasil.
**Fonte: Fundação João Pinheiro (2024); IBGE (PnadC 2022); CadÚnico.

**DISTRIBUIÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL
POR GRUPO ÉTNICO-RACIAL (2022)**



*Fonte: Fundação João Pinheiro (2024); IBGE (PnadC 2022); CadÚnico.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2024)

A maioria feminina deve ser compreendida a partir da análise histórica, social e econômica do lugar ocupado pelas mulheres pobres na dinâmica do capitalismo brasileiro. As análises podem repercutir mudanças populacionais e geográficas, decorrente de movimentos



migratórios, como também a mudança dos formatos de família e a própria ocorrência da violência de gênero como marca da cultura brasileira, mas não devem aí se esgotar. É preciso refletir de forma mais profunda a relação entre a condição feminina e a condição sem-teto como marcador de economias periféricas principalmente fundadas na financeirização da terra e na baixa empregabilidade, condições que somadas aos fundamentos históricos da desigualdade de gênero, tomam aqui, nesta realidade, formas ainda mais trágicas.

É importante mencionar que a pesquisa tem como objetivo específico compreender as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho no interior da luta por moradia por tomar como pressuposto, a partir da leitura de Silva Federici (2004 [2017]) e Roswihta Scholz (2017), que na formação das relações sociais de produção capitalistas, houve também a territorialização da categoria mulher como sujeito da reprodução da vida de forma não-economificada, ou seja, não remunerada, implicando na dissociação da dimensão produtiva (do valor) da reprodutiva (FEDERICI, 2004. [2017, p. 138]).

A partir disso, toma-se como pressuposto que a degradação das experiências femininas na sociedade capitalista não pode ser compreendida sem considerar a dimensão urbana e a distribuição desigual do espaço urbano, bem como do próprio urbano como forma de realização da vida, na constituição de condições de precariedade específicas que se somarão às desigualdades raciais e de gênero.

METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa envolve: 1) a determinação e apresentação de parâmetros estatísticos que orientam interesse na observação isolada do objeto que, neste caso, diz respeito a relação entre mulheres e dificuldade de acesso à moradia digna; 2) apresentação e reconstrução narrativa das interlocutoras e interlocutores em campo, isolados do fato estatístico, de modo que apareçam como sujeitos complexos de ações, discursos e reflexões sobre a própria condição; 3) mobilização de reflexão sobre a particularidade a partir de variáveis maiores, não detendo-se, no entanto, em explicações generalizantes. Além disso, coaduna-se com os critérios da geografia urbana crítica, sendo a análise da vida cotidiana o principal plano de atuação e inserção prática, por meio da qual observa-se e busca-se demonstrar as relações dos processos econômicos dominantes na produção de situações e circunstâncias que modulam o cotidiano e confrontam os indivíduos.

As entrevistas deste estudo foram realizadas na Ocupação Carolina Maria de Jesus, no extremo leste de São Paulo, com militantes que se engajaram na luta por moradia pelo



Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e nas lutas feministas (Mulheres em Movimento). Contudo, neste texto, apresentaremos somente uma das conversas. O nome verdadeiro, assim como o nome da cidade e dos bairros de moradia, foi suprimido para inviabilizar a identificação da interlocutora e preservar a sua identidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das conversas realizadas com mulheres que hoje fazem luta por moradia pelo MTST, deparei três dimensões importantes que contribuíram na definição das suas trajetórias de vida: a dimensão familiar e as relações de poder durante a infância e adolescência; a gravidez ou casamento precoce como fuga do ambiente familiar; abandono escolar ou da carreira por dificuldades de permanência na escola ou instituições de ensino, ou ainda o desincentivo de familiares à sua autonomia; a dimensão estatal e política envolvendo infância, adolescência e início da vida adulta em regimes políticos ditatoriais ou em processos de abertura institucional onde a capacidade estatal é deficiente em relação ao acesso à serviços educacionais e à justiça; por fim, a dimensão econômica e não menos importante, que se articula simultaneamente às outras.

Apoiarei as argumentações subsequentes por meio da apresentação de um dos casos, porém bastante significativo, que sintetiza experiências e *localizam diversos momentos* em que as relações de poder, seja na esfera pública ou privada, foram desfavoráveis à condição feminina.

I – Uma mulher em busca de integridade

Carolina, 42 anos, mulher parda, mãe de quatro filhos adultos: dois homens, duas mulheres; coordenadora de ocupação, militante do MTST desde 2014, também é formadora política e hoje estudante de geografia pelo ProUni; cantora, tecladista e leitora sempre que possível, Carolina vive hoje num cômodo na periferia da zona leste, apesar disso, aguarda pelo seu apartamento, que sairá dentro de alguns meses pelo Minha Casa, Minha Vida – Entidades, conquistado por meio da luta no movimento.

Questionadora, articulada, perspicaz e comunicativa, Carolina é hoje uma das vozes mais importantes do movimento. Ascendeu da base por meio da dedicação, não só ao ofício de coordenadora, como também por meio de sua formação política e desenvolvimento intelectual.

No entanto, sua irreverência, personalidade contestadora e insubordinável não trouxe apenas benefícios em sua vida. Carolina conta como ao longo de sua trajetória, para existir e se



afirmar, precisou lutar contra diversas forças que tentaram lhe subordinar e confinar-lhe a um feminino que não queria ser; essas forças apareceram no seu discurso na forma de cinco figuras: a mãe e o padrasto, o ex-marido, o pastor e o patrão.

Carolina viveu com sua mãe, na casa de seu padrasto numa cidade da região metropolitana de São Paulo, até os 15 anos de idade; morava com outros irmãos de meio-sangue, mas era ela e a irmã mais nova que cuidavam da casa. Carolina relata uma relação difícil com a mãe desde a infância. “Era uma mãe narcisista e só hoje consigo entender isso”, assim explica ao relatar as humilhações sistemáticas que vivia. “Eu cresci de frente pra pia da cozinha, aos oito anos de idade já lavava as roupas da casa inteira. Não tive infância”. Além disso, sofria com agressões físicas por parte dos dois.

Aos 14 anos, porém, Carolina conheceu seu marido que, na época, tinha 24 anos. Era punk, tinha tatuagens e, por ser mais velho, havia lhe chamado a atenção. Começaram a namorar e Carolina engravidou de sua primeira filha aos 15, em 1992³. Ainda grávida, foi expulsa de casa e morou na casa da sogra por alguns anos, embora a família do marido não a aceitasse por ser muito jovem.

Durante a gestação, porém, o marido de Carolina começou a mudar e a se tornar agressivo. As constantes brigas fizeram com que a primeira filha nascesse com “crises nervosas”, conta. Enquanto amamentava, engravidou da segunda filha; o marido quis a interrupção, chegou a leva-la à farmácia para tomar chás e injeções, mas não deu certo. Teve mais dois filhos – o último fruto de uma relação não consensual.

O marido era cabelereiro na cidade onde moravam e conseguia ter bons rendimentos, porém, fazia dívidas com bebidas alcoólicas e jogos de azar. Os vícios tornaram-no cada vez mais agressivo e frustrado. “O álcool é a droga mais acessível, o vício é normalizado, já os jogos, o bilhar, deve ser onde esses homens se sentem vencedores, eles sempre procuram uma competição”, analisa Carolina. “Mas enquanto os homens vão pra bebida, as mulheres vão pra igreja, e assim eu fui”.

Durante os anos de casamento, dos 14 aos 28 anos, Carolina trabalhava em casa vendendo produtos de revistas e só mais tarde, já no fim do casamento, quando se mudou para

³ Segundo seu relato, a mãe de Carolina chegou a denunciar o namorado para a polícia, mas na delegacia, Carolina conta que o delegado, por aferir consentimento e compromisso por parte do rapaz, não considerou o caso digno de encaminhamento para outras instâncias e liberou a união do jovem de 24 anos com Carolina. Vale mencionar que o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, embora tenha sido criado em 1990, em 1992 ainda não se traduzia em dispositivos concretos, dentro dos órgãos de justiça e defensoria pública, para viabilizar a lei e a assistência à crianças e adolescentes em casos desse tipo. Lembremos, também, que o estatuto começa por definir que criança e adolescente são aqueles que possuem entre 0 a 18 anos de idade; essa determinação legal cumpre papel de redefinir o comportamento social destinado a crianças, as quais, na idade de Carolina, já podiam ser consideradas adultas em alguns contextos, prejudicando seu desenvolvimento.



a periferia de São Paulo para tentar se distanciar dos conflitos conjugais e familiares, Carolina começou a trabalhar fora como cozinheira num baile para terceira idade, local onde também ganhou a oportunidade de se tornar garçonzete, e depois, cantora. Antes disso, Carolina frequentava a igreja, onde buscava elaborar as dores do casamento. Mas conta que passou a romper com a religião, ao mesmo tempo que rompia com o marido, ao perceber as incoerências do discurso religioso.

Ainda frequentando a igreja evangélica, ela conta que, nesta época, começou “a questionar Deus”, perguntando “se sou tão devota, se me entreguei à família, fiz viver os meus filhos, por que o senhor me faz sofrer tanto?”. Chegou a se confessar ao pastor da igreja, esperando da comunidade algum tipo de apoio, mas, de volta, além das represálias, foi questionada sobre a legitimidade das acusações que estava fazendo sobre o marido.

A igreja defendia muito o matrimônio, condenava o divórcio. (...) os irmãos e irmãs sabiam o que eu vivia em casa, mas ninguém se importava. Eu não tinha com quem contar naquele espaço (...) e os grupos de mulheres só serviam para limpar a igreja e fazer ações de solidariedade, não era um grupo de apoio como hoje se tem nos coletivos feministas.

Dessa forma, coagida a manter-se casada pelo discurso punitivista, Carolina tentou diversas vezes recuperar a harmonia matrimonial, ainda que estivesse se expondo e correndo risco, até que um dia, após uma agressão, telefonou ao “ancião” da igreja e este, pela primeira vez, lhe deu um voto de confiança autorizando a separação de corpos contanto que Carolina não se relacionasse com ninguém. “Ele disse: você pode se separar, mas quem pecar primeiro, dará o caminho da liberdade para o outro”.

O início da separação, contudo, não fora fácil. Sofreu manipulações e diversas coações para reatar; uma delas envolveu o isolamento dos filhos para forçar Carolina a continuar casada, sugerindo que ela não conseguiria sustenta-los sozinha. Em uma dessas situações de conflito, ao discutir sobre a pensão dos filhos, Carolina e o filhos sofreram uma tentativa de atentado contra suas vidas. Após isso, aos 28 anos, em 2005, mudou-se para São Paulo com os filhos, fugindo da antiga cidade e do marido, e alugou um cômodo no extremo leste.

Eu vim pra cá com meus três filhos, porque o caçula quis ficar com o pai, porque era um pai carinhoso, ele usava isso contra mim (...) vim pra cá fugindo da violência doméstica, eu não podia ficar naquela cidade (...) eu queria também poder criar meus filhos do meu jeito, retomar o controle da minha vida (...) Em São Paulo esperava poder



mudar de vida, isso em 2005, ter um bom emprego e voltar pra minha cidade magra, bonita, com a vida organizada, mas não foi assim. Eu não tinha faculdade. Não tive infância, adolescência.

Em São Paulo, trabalhou no telemarketing e depois em lojas de departamento para pagar o aluguel e sustentar os filhos. Porém, em 2011, quando trabalhava nas lojas Renner como vendedora de cartão, sofreu com perseguições e humilhações por parte de seus supervisores. Conta que notava o tratamento diferenciado por ser mais velha e estar fora dos padrões de beleza. Mesmo cumprindo as metas da empresa e sendo bem disciplinada, nunca era convocada para compor as “redes” – encontros onde as vendedoras se reuniam para representar a marca em eventos. Todos os chefes eram homens, mas também pobres, migrantes, como relembra:

O grande problema é que o contexto do telemarketing e das vendas é muito competitivo, eles colocam uns contra os outros, é um ambiente muito agressivo e difícil de fazer amizade, mas eu tinha um amigo apenas, que era LGBT, e nos dávamos bem, quando pedi demissão, por conta das perseguições, ele pediu junto comigo. Daí voltei a vender produtos de revistas e a cantar em bailes e bares pra complementar renda.

Ainda em 2011, desempregada, Carolina voltou para antiga cidade e mudou-se para a casa do padrasto. Ele tinha perdido os movimentos por conta de um AVC, mas como abandonara a mãe de Carolina e os filhos, acabou ficando isolado. “Ninguém queria cuidar dele, minha outra irmã estava com câncer, então eu era a única disponível”. Porém, com as dificuldades do trabalho devido ao peso do padrasto, Carolina buscou ajuda e a atitude não foi bem recebida. Ele a expulsou de casa, mais uma vez. Ela voltou a morar no extremo leste de São Paulo com os filhos.

Nesse tempo, antes de conhecer o movimento, Carolina ainda tentou engatar um novo relacionamento, mas sofreu novas humilhações por conta de sua aparência.

“Eu ia pra casa dele pra trabalhar, pra limpar a casa dele, até que um dia eu perguntei se ele não ia me levar pra passear, então ele pediu para que eu emagrecesse em três meses, que essa seria a condição (...) ele falou aquilo como se eu fosse uma mercadoria, determinando um prazo, uma meta (...) eu já tinha rompido com a igreja, com o ex-marido, com o patrão, e não ia aceitar mais isso.”



Foi nessa época de novas rupturas que Carolina conheceu o MTST por meio de uma ocupação. O próprio dono da casa onde morava, um senhor que ajudara a fundar o bairro, que lhe avisou da ocupação e incentivou que ela fosse.

“Eu era muito desconfiada. Acompanhava páginas de política na internet, o “Revoltados Online”, naquela época não sabia que era uma página de direita, mas eu tinha interesse em entender a política, os movimentos de 2013 me chamavam a atenção, mexia com as minhas revoltas (...) só na formação política do MTST eu fui me letrando (...) mas o que me encantou no movimento foi chegar na ocupação e ver que ali as mulheres é que decidiam, elas é que falavam, que eram articuladas. Como eu estava rompendo com homens, esse novo ambiente foi totalmente novo pra mim.”

Carolina, por fim, comenta que sua perspectiva de liberdade está na conquista de sua casa, onde, enfim, poderá se resguardar do mundo e se proteger minimamente de relações abusivas, não só conjugais, como também de trabalhos precários. “Não quero viver, trabalhar, só pra pagar aluguel e ainda continuar morando mal. Sonho com o meu apartamento, lá vou recuperar a minha vida”.

II – O direito à moradia digna como direito à integridade física

Buscar compreender os múltiplos processos que contribuem para a feminização do déficit habitacional envolve, antes de tudo, uma escolha metodológica. A contribuição feminista aos estudos epistemológicos é imprescindível para o campo que se dedica a investigação dos fenômenos *em movimento*, valorizando o cotidiano como escala útil de análise, descrição e interpretação dos modos como processos econômicos dominantes se concretizam na experiência vivida dos indivíduos e conformam conjunturas sociais maiores. A feminização da dificuldade de acesso à moradia, portanto, é uma conjuntura social constituída pela articulação de variadas dimensões e escalas da dominação patriarcal-capitalista, que apesar de ser estatisticamente reconhecida, ainda carece de estudos que compreendem qualitativamente o fenômeno.

Os estudos de caso, aqui, contribuem neste sentido; no entanto, não devem incorrer em generalizações categóricas sobre as motivações que levam a população feminina a condição sem-teto. Ainda assim, as conversas, vivências e entrevistas no movimento sem-teto me



permitiram chegar a algumas explicações possíveis, que apoiarão, por sua vez, um debate mais amplo sobre urbanização crítica e desigualdade de gênero.

A partir da convivência, de entrevistas e conversas com um grupo de mulheres, que fazem luta por moradia pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) na cidade de São Paulo e Região Metropolitana, realizei um levantamento de suas trajetórias de vida, considerando a infância até à maturidade, incluindo, nesta fase, a entrada no movimento; com isso, pude identificar causas em comum e traçar perfis, agrupando-os por campo de definição.

No decurso da atuação no MTST, por meio do Setor de Formação Política, construí vínculos com dezenas de mulheres da base, mas apenas dez destas companheiras contribuíram com relatos e conversas mais qualitativas acerca de suas trajetórias e percepções sobre o passado e militância. Isso não decorreu por indisposição por parte da base do movimento, mas sim pelas dificuldades próprias da pesquisa empírica-qualitativa, na qual a pesquisadora precisa estabelecer maior aproximação em relação à realidade estudada, procedimento que envolve a construção de relações orgânicas com as interlocutoras possíveis – relações de confiança e parceria, porém, que demandam tempo, dedicação e envolvimento honesto na construção dos vínculos.

As entrevistas, por sua vez, ocorreram no percurso de uma relação, ou melhor, parceria, em processo de construção com as interlocutoras, uma vez que tomo a organicidade destas relações como elemento fundamental do procedimento de pesquisa, pois viabiliza: 1) profundidade na relação pesquisadora-interlocutoras; 2) o envolvimento das interlocutoras com a proposta de estudo; 3) a escuta e observação qualitativa no momento das entrevistas. Estes dez relatos, portanto, são resultado de um longo esforço de inserção na luta por moradia e na vida social das participantes.

No entanto, o objetivo deste esclarecimento procedimental não é estritamente metodológico, pois a explicação em si mesma já enuncia as rupturas dos estudos de gênero com os métodos, procedimentos e posturas sugeridas pela ciência tradicional, porque estudar gênero envolve, sobretudo, a superação das barreiras do privado (DA SILVA DIAS, M. 1994; p. 375) - dimensão silenciada e posta pra fora do que é tomado como público e perceptível, por isso, não observável e não verificável por meio de digressões estatísticas; implica a compreensão de uma condição que tem suas determinações objetivas, exteriores, mas que se revelam e manifestam-se também na obscuridade das intimidades silenciadas. Penetrar neste universo sensível demanda igual sensibilidade para recuperar e documentar, por meio de focos narrativos, a experiência vivida, historicizando as relações de reprodução, a conformação dos tipos de família e os aspectos concretos do cotidiano – geralmente dados como *naturais*.



Essa dualidade corresponde a uma compreensão restrita da política, que, em nome da universalidade na esfera pública, define uma série de tópicos e nem experiências como privadas e, como tal, não políticos. É uma forma de isolar a política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares.

(BIROLI, F. 2014; p. 31)

Por outro lado, significa também encarar o processo social em níveis e tomar, por fim, a intimidade, o privado, o silenciado e o não-dito como um destes níveis; e se a totalidade que nos referenciamos é a metrópole, como objetivação empírica dos processos de urbanização crítica e metropolização subsumidas à reprodução capitalista, o doméstico, a vida familiar, o íntimo e a *experiência da feminilidade* são, então, níveis da realidade não menos indiferentes, ou imunes, aos processos econômicos dominantes cristalizados no urbano contraditório.

Sobre a experiência de feminilidade, ou forma como as territorialidades internas à metrópole condicionam a experiência do feminino, quero dizer, em outras palavras, que *a forma de ser e se tornar mulher é, não só historicamente circunscrita, mas também espacialmente determinada*. A forma como a urbanização crítica⁴ se dá fragmentando a cidade revela-se também na fragmentação das experiências de feminino, nas demandas e na forma como a dominação sobre a mulher, a exploração sobre seu trabalho reprodutivo e a escala a qual ele deve atender, variam conforme o contexto territorial a que estamos inseridas – o que, em termos menos abstratos, significa a maneira como se consolida a cisão público-privada no domínio do desenvolvimento urbano, fundiário e habitacional.

Mas a contradição e a distribuição desigual do urbano não é apenas constitutiva da variedade dos termos de dominação das mulheres no domínio privado, como também é definidora da inserção diferenciada das mulheres na esfera pública e das oportunidades que podem vir a dispor em seus contextos socioespaciais para superação da *domesticidade compulsória (dentro ou fora de casa)* e capacidade de autodeterminação.

Destacar o direito à moradia como ponto de partida de acesso ao urbano é, desta maneira, dimensão importante na compreensão das formas como a desigualdades de gênero se perpetuam para além das relações diretas de dominação entre homens-mulheres, transcendendo-se para a agência de uma escala maior, a da urbanização pautada na privatização

⁴ O conceito de urbanização crítica define-se pelo modo particular com que o desenvolvimento urbano se dará nas economias periféricas, onde a industrialização e a consequente revolução urbana não se relacionarão de forma proporcional.



da terra e conformação de mercados, constituindo, neste caso, como forma de dominação indireta sobre as mulheres pobres.

No entanto, a trajetória das mulheres com que conversei revela que as causas de sua condição sem-teto se originam nas relações familiares, na repercussão de expectativas sociais sobre comportamento e moralidade, resultando numa tentativa de controle parental sobre as decisões destas mulheres no início da vida adulta. Além do contexto familiar, aparece também a dificuldade de escolarização e permanência estudantil prejudicadas por gravidez ou domesticidade precoce na reprodução familiar.

É o caso do que ocorre com Carolina; sofreu com a imposição de expectativas sociais sobre o feminino vindo de sua mãe e padrasto, depois, ao engravidar, foi expulsa e se tornou dependente economicamente do marido. Por conta do rompimento de vínculos familiares, Carolina perdeu rede de apoio e ficou mais suscetível à influência devastadora do marido. Depois, com o divórcio, novamente sem poder recorrer a uma rede de relações, inseriu-se no mercado de trabalho, ganhando pouco, pagando aluguel e morando em situações insalubres, ela não encontrou na cidade uma possibilidade de emancipação digna, mas sim novas formas de sujeição e dominação. A luta por moradia perpassa toda a sua trajetória em busca da recuperação da sua integridade física.

Repercute no caso de Carolina, tanto em sua infância, gravidez e na igreja, uma noção socialmente aceita, àquela época, de preservação da esfera privada em relação à intervenção estatal, política, onde as noções de justiça não se aplicariam, contribuindo, com isso, para a manutenção de relações de autoridade que não só limitaram sua autonomia como tentara lhe impor um padrão específico de feminilidade (BIROLI, F. 2014; p. 32).

Vem de encontro a essa dimensão íntima e privada datada de arbitrariedades, a conjuntura política e o momento específico de desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, onde, por um lado, estas mulheres passaram infância e início da vida adulta sob regimes ditatoriais e depois sob regime de abertura democrática em que, naquele momento, a capacidade estatal e as instituições de justiça e promoção do desenvolvimento social eram muito incipientes e subdimensionadas para a demanda.

Por outro lado, esta mesma mulher no ambiente público se depara com condições de exploração e relações de trabalho tão aviltantes quanto. Entre a suposta naturalidade do lar e a suposta emancipação pública, a mulher pobre parece se equilibrar nas lacunas das duas dimensões. A sua privacidade, enquanto direito amplo à autodeterminação e à construção de intimidades autônomas e saudáveis, porém, não se realiza nem na domesticidade involuntária, nem na inserção precária no mundo do trabalho.



Em outras palavras, o usufruto do “direito a ser deixado em paz” tem relação direta com a posição dos indivíduos na geografia espacial das relações de poder, seu acesso a tempo livre e seu controle potencial sobre a própria vida. Privacidade pode, nesse sentido, depender de um menor grau de privatização. A socialização de tarefas domésticas, como o preparo dos alimentos, a ampliação da responsabilidade social pelo cuidado com as crianças e os idosos, poderia ampliar, simultaneamente, o acesso das mulheres, sobretudo das mulheres mais pobres, à esfera pública e à privacidade. (BIROLI, F. 2014, p. 40)

A apresentação deste duplo caráter da sujeição feminina na sociedade capitalista permite demonstrar que o mal social objetivado na complexidade da condição feminina vincula-se à combinação de forças e relações de poder (contrárias à sua autonomia) que se originam tanto nos diversos níveis da estrutura moral-cultural como nos diversos níveis da estrutura político-econômica da sociedade. Deste modo, empreender uma investigação sobre a feminização do déficit habitacional, ou melhor, sobre a condição sem-teto e a inserção precária no urbano, subordinada ao desempenho de papéis previamente determinados na conformação socioespacial, depende da articulação entre história social e política-econômica. A luta por moradia, nesse contexto, é condição para recuperar uma integridade física duplamente violada: pelas relações de poder no contexto privado, e pelas relações de poder e exploração no contexto público da urbanização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo dados do IBGE (2018), um dos perfis de família que mais cresce é a ‘monoparental com filhos’, um grupo que em sua maior parte é formado por mães solo (mulheres com filhos). Ainda segundo o IBGE, dentre as 11 milhões de mães solo no Brasil, 61% delas são mulheres negras. Além disso, 63% das casas que têm como pessoa de referência mulheres negras, com filhos até 14 anos, estão abaixo da linha da pobreza.

No Brasil, um quarto da população feminina já foi vítima de violência doméstica, e 80% das ocorrências foram praticadas por parceiros íntimos ou parentes como pais, irmãos, filhos, tios ou sogros (FJP, 2024). Dos motivos que dificultam a emancipação de mulheres vítimas de violência, o principal é a posse da moradia que, na maioria dos casos, se tornam impeditivos para dissolução de casamentos ou vínculos de dependência doméstica. Em geral, mulheres empobrecidas e da classe média não são titulares dos bens familiares, e em caso de divórcio ou



dissolução do vínculo, não possuem meios para adquiri-los. Em casos mais graves, acabam em ciclos constantes de despejo dos lugares em que buscam abrigo, ficando suscetíveis a outras formas de violência.

A fim de mitigar os fatores estruturais que aprofundam as desigualdades de gênero, o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), relançado em 2023, estabeleceu novas regras para atender a população feminina, tornando a mulher, quando casada ou mãe solteira, titular prioritária dos imóveis. A regra prevê ainda que em casos de dissolução de casamento, o imóvel adquirido por meio do programa seja assegurado em nome da mulher. Desde então, 85% dos contratos atendidos pelo programa foram realizados em nome de mulheres, e 60% deste contingente eram as principais provedoras da família (MCid, 2024).

Parte dessas mudanças refletem debates e práticas originadas nos movimentos sociais urbanos que historicamente são marcados por ampla presença feminina na composição da base. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), uma das maiores entidades responsáveis pela gestão da demanda, conta com presença expressiva de mulheres na composição das ocupações, coordenações territoriais e outros espaços estratégicos do movimento. O direito à moradia é perspectivado pela maioria delas como fonte de segurança objetiva e subjetiva.

O caso da Ocupação Carolina Maria de Jesus, iniciada em 2020 durante a pandemia de Covid-19, talvez represente a associação mais representativa entre fuga de relacionamentos violentos, crise familiar e a demanda por moradia. Segundo coordenadora da ocupação, o terreno foi ocupado por mulheres e mães solas que estavam sofrendo com despejos durante o isolamento social por falta de renda e baixa nas atividades econômicas que antes improvisavam. Além disso, também houve a necessidade de acolhimento de mulheres em situação de violência doméstica que, procuraram no movimento, possibilidade de refúgio. A homenagem à escritora Carolina resultou desse reconhecimento do perfil feminino na ocupação.

Das dez coordenadoras da ocupação, oito são mães solo e relataram terem sido vítimas de violência doméstica, fato que, segundo análise das militantes, teria sido evitado caso tivessem acesso à moradia digna desde o início de sua vida sexual.

Hoje a demanda da ocupação Carolina foi incorporada ao complexo habitacional Copa do Povo que está em construção no bairro de Itaquera. No entanto, o empreendimento enfrenta atrasos na obra por decorrência de relações burocráticas entre a Caixa Econômica Federal e atual prefeitura de São Paulo – gestão Ricardo Nunes. A maioria das militantes continuam morando de aluguel ou na própria ocupação.

No livro “A Mulher na Sociedade de Classes”, a escritora Heleieth Saffioti sugere que as conquistas feministas, tanto em relação ao mercado de trabalho ou a conquista de direitos



reprodutivos, estiveram limitadas às fronteiras da sociedade capitalista, querendo dizer, com isso, que embora os direitos tenham sido reconhecidos em algumas democracias, contradições das próprias relações de produção capitalistas impõem dificuldades à sua efetivação, tornando o movimento institucional, ainda que muito importante, mero reconhecimento nominal da condição feminina, não refletindo necessariamente nas mudanças efetivas que deveriam ocorrer para que o problema fosse resolvido.

As autoras feministas-marxistas recuperam, de mesmo modo, o argumento de que a desigualdade de gênero não será combatida sem mudanças estruturais no modo de produção e reprodução da sociedade que, hoje, caracteriza-se pela privatização e mercadorização das relações sociais, alto grau de desenvolvimento e exploração da renda da terra urbana, e generalização da condição proletária.

Interessa pensar, portanto, a atuação do mercado imobiliário e o fator especulação imobiliária - desdobramento da crise de acumulação capitalista - como protagonista na degradação da vida das mulheres pobres e principal mecanismo que as impede de acessar melhores condições de reprodução e autonomia. Sem associar a condição de gênero aos fatores econômicos que o constitui, os conflitos serão considerados apenas pela dimensão social e histórica, não identificando os processos econômicos e espaciais que modulam a questão no país.



REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. O público e privado. **Feminismo e política: uma introdução**. Boitempo Editorial, 2014.

FEDERICI, Silvia. Capítulo 2: A Acumulação do Trabalho e a Degradação das Mulheres. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Editora Elefante, p. 117-300, 2017.

LEFEBVRE, Henri. Níveis de Realidade e de Análise. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Nebli, p. 68-77, 2016.

NUNES, Scheila. **Mulheres dos escombros**. A condição das mulheres periféricas em tempos de catástrofes. Editora Revan, 2019.

SCHOLZ, Roswitha. **O Valor é o Homem: Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos**. S. Paulo: Novos Estudos–CEBRAP, nº. 45 -julho de 2017.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, MCid. **Minha Casa, Minha Vida prioriza mulheres chefes de família e vítimas de violência**. Brasília: Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério das Cidades, 2024.

DA SILVA DIAS, Maria Odila Leite. **Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças**. *Estudos feministas*, 1994, p. 373-382.

SAFFIOTI, Heleieth. O advento do capitalismo e a posição social da mulher. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Editora Expressão Popular, p. 53-61, 1976.